

O EMPODERAMENTO DA MULHER ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO ALTERNATIVA PARA EMPREGO E RENDA

Amanda Salles da Silva¹; Bianca Barbosa Oliveira²

RESUMO: Gênero enquanto construção que permeia as relações sociais e de poder, principalmente dentro do mercado formal de trabalho, acarreta na consequente exclusão das mulheres principalmente no que tange ao acesso à recursos e capacitações. A partir do século XX com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, instaurou-se as duplas ou triplas jornadas de trabalho, onde além do emprego no espaço público, onde são restringidas aos subempregos e precarização, as mulheres veem-se obrigadas a continuarem nas tarefas histórica e socialmente atribuídas à elas: os cuidados domésticos com a casa e família. Assim é que a Economia Solidária aparece enquanto solução e alternativa para a exclusão do mercado formal de trabalho e conciliação da vida doméstica que lhe é imposta com a necessidade de prover sustento para seus lares, acarretando no consequente empoderamento e emancipação das mulheres.

Palavras-Chave: Empoderamento. Economia Solidária. Gênero.

1 INTRODUÇÃO

A investigação acerca do empoderamento da mulher e da economia solidária como alternativa de emprego e renda nasce a partir da importância que a organização solidária do trabalho opera na transformação de realidades. Apesar de a questão de gênero ter ampla discussão nos mais variados meios teóricos, discuti-la na prática ainda se faz carente. Reconhecemos a necessidade de se discutir o empoderamento prático de mulheres no mercado de trabalho a fim de incentivar e apontar alternativas viáveis de formalização e regularização de atividades profissionais através da economia solidária.

O conceito de gênero é uma construção social e histórica a partir da qual nascem as relações sociais construindo as relações de poder que, dentro do mercado de trabalho, acarretam no acesso diferenciado de homens e mulheres aos recursos e capacitações. Com o advento da Revolução Industrial e dos Movimentos Feministas, estes últimos a partir do século XX, as mulheres saem dos espaços privados aos quais eram destinadas, onde o trabalho restringia-se a cuidar do lar e dos filhos e, passam a ocupar os espaços públicos aos quais lhes foram restringidos os subempregos e a precarização no que diz respeito à eliminação dos direitos sociais.

Fatores primordiais para o aparecimento e desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil e no mundo foram as condições socioeconômicas e políticas das

1 Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus- Bahia. salles.ams@gmail.com

2 Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus- Bahia. biancabarbosaa@gmail.com

últimas décadas, os embates da sociedade civil frente às crises do capitalismo e o desemprego estrutural e consequente de tais crises.

Assim é que, no contexto dos diversos problemas consequentes da Revolução Industrial e da Globalização e a nova responsabilidade das mulheres em sustentar suas famílias tornando-se as principais vítimas dos subempregos e da precarização do trabalho, que lhes tira os direitos sociais, que se tem a gênese da Economia Solidária enquanto solução, possibilitando a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e, no que condiz às questões de gênero e divisão sexual do trabalho, emancipando as mulheres e fortalecendo a capacidade de ação destas que estão entre as maiores vítimas do empobrecimento causado pelo crescimento tecnológico que não gera empregos.

2 GÊNERO E DESIGUALDADE

A problemática da desigualdade de gênero foi objeto de grandes discussões no meio político e científico em variadas intervenções institucionais durante todo o século recém encerrado. No entanto, o esgotamento de sua abordagem está longe de chegar ao fim, ainda há variadas perspectivas para se discutir tal questão e compreendermos melhor as ramificações articuladas das relações permeadas pelos gênero e desigualdade.

Para tanto é preciso situarmos o marco teórico responsável pela conceituação por nós trabalhada. O sociólogo Antony Giddens (2005) propõe a diferenciação entre sexo e gênero, sendo aquele o que serviria para caracterizar diferenças “anatômicas e fisiológicas que definem os corpos masculino e feminino”. E em contraposição, o gênero “diz respeito as diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres. O gênero está ligado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade”. Desse modo, segundo o autor, existe uma socialização do gênero e é a partir daí que decorrem as desigualdades, em um fazer histórico-cultural. Assim sendo, os papéis sociais e os locais destinados a homens e mulheres são pré-determinados. As diferentes oportunidades existentes entre homens e mulheres são frutos de uma sociedade estruturada a partir de tais concepções.

De mesmo modo, Izquierdo (199?) corrobora que há a possibilidade de nos referirmos aos gêneros como modelos de comportamento que se excluem, favorecendo o hiperdesenvolvimento de um número de potencialidades comuns a um gênero em detrimento do outro. Para a autora, os padrões comportamentais impõem-se ditatorialmente às pessoas em função do seu sexo. Tal imposição tem implicações micro,

no que tange às personalidades de cada um e macro conforme isso é refletido na sociedade como um todo, reiterando e cristalizando práticas desiguais como naturais.

Discorrendo acerca de algumas das consequências das desigualdades estruturais nas relações de gênero, Saffioti (1997) aponta que os processos de das relações entre sujeito e objeto (subjetivação e objetificação) estão submissos a capacidade ou não de apropriação dos frutos da *práxis* humana por parte dos sujeitos, não somente pelo fato de a sociedade estar dividida em classes sociais, mas também por ser ela incidida pelas contradições de gênero e etnia. Para ela, estas dimensões são contrapontos fundamentais que entrelaçam-se no que chama de “nó”, explica:

[...]Tomando-se gênero, raça/etnia como relações diferenciadoras do mercado de trabalho, pode-se afirmar, sem medo de errar, que em todas as sociedades presididas pelo referido nó, formado pelas três contradições básicas, o capital não obedece àquela lógica abstrata que lhe permite prescindir do trabalho doméstico gratuito (1997, p. 62).

Reflexo de tal análise consiste ilustradamente no campo do trabalho onde a desigualdade de gênero se expressa fortemente. As desigualdades de gênero e etnia são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil e que ainda permanece, reproduzindo situações de pobreza e exclusão social. Os indicadores de mercado de trabalho trazem à tona as consequências quantitativas quando falamos em desigualdades.

Num brevíssimo histórico, temos que em 1970 a porcentagem equivalente às mulheres empregadas com relação aos homens, era somente de 18,5%. E apenas em 2010 esse número se equivaliu a 50%. Mas nem sempre foi assim, ainda em 1820 a população de mulheres empregadas equivalia a quase metade com relação aos homens, 45,5%, mas o contexto era absolutamente rural; foi após o êxodo que o desemprego entre as mulheres caiu drasticamente, o contexto urbano e as novas conjunturas tiveram um papel fundamental para tanto.

As desigualdades de gênero e raça se expressam claramente nos sentidos. A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro vem aumentando, mas ainda marcada por uma forte discrepância em relação à taxa de participação da população masculina. A taxa de participação das mulheres, varia ainda com relação a escolaridade e etnia, o que indica a existência de diferenças pertinentes de análise entre as mulheres relacionadas aos diferentes estratos de renda aos quais elas pertencem, e a dificuldade de inserção das mulheres pobres no mercado de trabalho. Dai a importância

da economia solidária como alternativa de geração de emprego e renda para estas mulheres.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, quanto a Taxa de Desocupação por Região e Sexo do Primeiro Trimestre de 2015 indica que quase 9,5% de mulheres estavam desempregadas, contra uma população de pouco mais de 6,5% de homens desempregados, no Brasil. Os valores variam conforme a região, destacamos as regiões norte e nordeste em que quase 12% das mulheres estavam desempregadas, contra uma população de pouco mais de 8,5% e 9,5%, consecutivamente, de homens desempregados. O sul mantém a menor taxa de desemprego, mas a discrepância entre homens e mulheres se faz presente em todas as regiões.

Já no quadro comparativo da Atividade da População de 16 anos por sexo, cor e raça fica evidente o *nó* de que falava Saffioti. De 2004 a 2014 a média de Atividade da População de 16 anos dos homens variou entre, aproximadamente, 80% e 85%. Já a média entre as mulheres variou de 60% a 55%. Havendo alterações ainda quanto aos demais critérios, mulheres brancas mantendo índices mais elevados que mulheres negras e homens brancos, da mesma forma, mantendo índices mais elevados que homens negros.

Na tabela de proporção da População de 16 anos ou mais de idade que realiza afazeres domésticos e jornada média semanal dedicada a afazeres domésticos, no Brasil, de 2004 a 2014, cerca de , numa média estimada, 90% das mulheres realizam trabalhos domésticos não remunerados, contra cerca de 40% a 50% dos homens. As mulheres dedicam uma média de 25 a 27 horas de jornada semanal destes afazeres, enquanto os homens dedicam, em média, pouco mais de 10 horas semanais. Corroborando que ainda há delimitações dos espaços de afazeres e “vocações” na desigualdade social e gênero. Ainda que homens e mulheres estejam empregados em atividades externas às domésticas, são elas que mais dedicam tempo no interior de seus lares.

No que tange à Taxa de Desocupação da população com 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça, no Brasil, de 2004 a 2014, é também evidente a estratificação que ocorre a partir dos três aspectos. Mulheres negras, ao longo de todo período, lideram os índices de desocupação, variando de 14% a 10% (este já em 2014), mulheres brancas têm índices que variam de pouco mais de 11% a 8% e são seguidas pelos homens negros cujos índices variam de cerca de 9% a 6%, enquanto os homens brancos têm taxas variantes de 6% a 4% de desocupação. A Discrepância entre homens e mulheres chega a

ser de quase 6% em anos como 2005 e 2009 e mantém um certo padrão ao longo de todo período de análise, evidenciando a desigualdade os gêneros.

Portanto, ainda nota-se abismos quando falamos de desigualdade e gênero. Importante ressaltar que, apesar de análises e apontamentos em esferas socialmente macro, há abismos em esferas micro, nas microrrelações de poder, existentes entre o homem e a mulher. Apesar de grandiosas conquistas de saída de espaços privados para públicos, estes ainda são limitados. Ainda há locais, vocações social e culturalmente estipulados para homens e mulheres.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

No final da década de 90, no Brasil, o cenário torna-se preocupante quando se trata do contexto social, econômico e político, apresentando níveis alarmantes de desemprego e aumento da diferença na distribuição de renda e, conseqüentemente da desigualdade e exclusão social, sem uma solução aparente à curto ou longo prazo. Dessa forma, aponta Gallo, Dakuzaku et al. (2002, p. 41):

A parcela da população que mais sofre com estas conseqüências é a mais carente, tanto economicamente quanto em termos educacionais. São pessoas que perderam seus empregos dentro da reestruturação produtiva que precária cada vez mais as condições de trabalho, não gerando novos postos de ocupação, não tendo chances de desenvolvimento social e cultural dentro de uma sociedade desigual.

Gallo, Dakuzaku et al. (2002) apontam ainda que o cenário não só gerou a exclusão social, mas, o desemprego tornou-se estrutural e tecnológico de forma que a formação de cooperativas populares que possam atender as necessidades da população mais carentes seria alternativa para a geração de renda e de trabalho. O trabalho regularizado sempre foi um dos pré-requisitos para que o cidadão pudesse ter acesso aos direitos sociais ora, no Brasil, na década de 30 o Estado passou a atribuir uma legislação específica para o trabalhador. Como aponta Oliveira (2008), os direitos eram concedidos somente para aqueles que tinham registro na carteira de trabalho.

Singer (2002) entende que a economia solidária aparece como uma possibilidade de rompimento com o modo de produção capitalista, emergindo da luta de classes. Já para Lima (2006) *apud* Oliveira (2008), no contexto atual tais empreendimentos estão fundamentados em uma contradição onde de um lado, originam emprego e autonomia aos trabalhadores e, de outro, são funcionais ao sistema capitalista de produção.

A partir dos princípios basilares a associação de capital e a liberdade individual bem como da sustentabilidade os empreendimentos solidários inserem no mercado de trabalho os empobrecidos, mostrando-se capaz de converter-se em elemento básico de uma nova racionalidade econômica. Gaiger (2002, p. 26) aponta que:

O trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere à noção de eficiência uma conotação bem mais ampla, referida igualmente à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais. Esse espírito distingue-se da racionalidade capitalista – que não é solidária e tampouco inclusiva – e da solidariedade popular comunitária – desprovida dos instrumentos adequados a um desempenho socioeconômico que não seja circunscrito e marginal.

Assim, Singer (2002) compreende e afirma que a questão crucial do processo está em levar aos trabalhadores os princípios da economia solidária de forma que possam unir-se numa empresa em que todos são donos por igual, cada um com direito a um voto, empenhados solidariamente na transformação dos modos de produção.

Ramos (2011, p. 8) sintetiza a economia solidária e seus fundamentos de suma importância para o sucesso do processo, inclusive enquanto fator alternativo de emprego e renda.

A Economia Solidária seria uma forma de organização econômica, que incorporaria os valores da democracia dentro do contexto econômico, prezando pelo trabalho coletivo, pela igualdade entre os membros, pela divisão do poder de decisão, pelos iguais direitos diante de decisões, pela fidelidade na representatividade do grupo, sendo a igualdade e a democracia elementos centrais deste novo movimento econômico. Nesse processo, reúne-se um conjunto de iniciativas econômicas privadas direcionadas para o interesse coletivo e baseadas na solidariedade e na cooperação, sendo realizada a elaboração conjunta da oferta e demanda a partir dos espaços públicos de proximidade, os quais favorecem uma rearticulação econômica, social e política.

Na construção do desenvolvimento através da economia solidária, as pessoas agora estão na condição de agentes protagonistas de mudança e não apenas como recebedores passivos de benefícios e, participam de forma ativa solidária da construção do melhor viver, como aponta Souza (2011, p. 62). Nesse sentido, Cunha (2016, p. 17) observa ainda, que:

Impulsionar o desenvolvimento através da Economia Solidária é desenvolver políticas como forma de potencializar processos endógenos de: mobilização das capacidades locais (humanas,

sociais, políticas e culturais), ampliação/aproveitamento das potencialidades econômicas locais, aprofundamento das relações de democracia e cidadania, cuja finalidade maior é o bem viver coletivizado.

4 MULHERES, EMPODERAMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A lógica do mercado capitalista traz o pressuposto de que aqueles mais aptos, tanto técnica quanto intelectualmente sejam absorvidos pelas modernas estruturas de trabalho de forma que aqueles que são vistos como sem utilidade para tal processo são lançados para as margens sociais. Dessa maneira, tais processos são fatores fundamentais no que tange a alteração das relações de trabalho. Oliveira (2008, p. 225) aponta que:

Nesse contexto, é lícito destacar o papel do trabalho feminino no âmbito dessas transformações. Além de mudanças no âmbito político, econômico e social, percebem-se também mudanças nos aspectos culturais. Anteriormente, o trabalho feminino restringia-se ao cuidado com o lar e com os filhos, porém, no contexto contemporâneo está havendo um movimento em que as mulheres são, cada vez mais, responsáveis por subsidiar financeiramente seus lares, não obstante, elas estão delineando sua presença no mercado de trabalho.

Assim, Guérin (2003) entende que a economia solidária cria espaços intermediários entre o privado ou doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não monetário, preenchendo funções importantes para favorecer a eliminação de bloqueios ao acesso do mercado formal de trabalho.

Mais do que um instituto econômico, a economia solidária é um instituto social que transmite forte vínculo axiológico aos seus participantes, haja vista que preze pela coletividade. É um núcleo político e assim empoderador em que a representatividade não se faz de forma abstrata, as tomadas de decisões estão próximas de seus integrantes o que é fundamental para articulações e fortalecimentos identitários. Para as mulheres, a prática oferece sororidade, mais autonomia num conjunto propiciado pelo financeiro e emocional. O empoderamento dessas mulheres reflete um todo em que sua submissão é posta à prova e seus espaços outrora predeterminados, remanejados por oportunidades alternativas às convencionais do sistema capitalista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente propusemos uma análise de como se daria o empoderamento da mulher através da economia solidária enquanto alternativa para emprego e renda a partir

de uma perspectiva local, analisando dados de organizações da Bahia. No entanto, obtivemos dificuldades em extraí-los por não haver uma organização do levantamento desses dados. A partir de uma análise bibliográfica sobre gênero e desigualdades, economia solidária e geração de emprego e renda, bem como mulheres, empoderamento e economia solidária, articulamos os discursos para o desenvolvimento do trabalho.

Ao tratar de gênero e desigualdade nos inscrevemos em um conceito de gênero como construção histórica e social, preconizada pelo patriarcado e de pertinente necessidade de compreensão para reflexão acerca dos papéis, lugares, aptidões diferenciadas para cada gênero. Há o favorecimento das potencialidades de um em detrimento de outros com implicações nas mais variadas esferas, seja peculiarmente a cada indivíduo, seja no quadro macro do país sob relações de gênero, raça/etnia, como pudemos ver a partir da análise de alguns aspectos quantitativos trazidos pelo IBGE em 2014, onde, apesar de vermos avanços da participação feminina no mercado de trabalho no correr do tempo, é uma participação sempre aquém da masculina. Refletindo que ainda não houveram rupturas suficientes dos paradigmas de gênero e desigualdade.

A desigualdade e o desemprego são estruturais, a partir da reestruturação produtiva ocorrida a partir da década de 90 que precarizou substancialmente condições de trabalho. O novo modelo, fomentado por uma reforma tecnológica, não criou novas ocupações, pelo contrário, extinguiu diversas. As cooperativas populares surgiram como alternativa impulsionadas por este contexto, visto que, direitos sociais têm como requisito o exercício regular do trabalho. A economia solidária se desenvolve como possibilidade de rompimento com o modo de produzir capitalista, criando espaços intermediários entre os espaços públicos e privados. Assim, a mulher tem contato com oportunidades que lhes foram suprimidas.

O empoderamento da mulher acontece na economia solidária por ser um núcleo democrático de inclusão. Autonomamente, com auxílio muitas vezes de políticas públicas, a organização de atividades que já eram praticadas, passam a ser regularizadas propiciando a saída do mercado de trabalho informal e inserindo-as no mercado formal, trazendo conquistas substanciais para a emancipação pessoal dessas mulheres, para redução da pobreza, da exploração da mão-de-obra que não é incomum de ocorrer abusivamente, bem como da inclusão social angariando os requisitos necessários para a gama de direitos sociais os quais não eram viáveis e geração de emprego e renda.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Luana. **Contribuições do programa de microcrédito produtivo no fortalecimento da prática da economia solidária e popular**. Monografia apresentada para fins de conclusão de curso de graduação em Administração à Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante das desigualdades**. *Revista Dados*, n. 3, v. 50, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª Edição, Editora Artmed, São Paulo: SP, 2005.

GUERIN, Isabelle. Introdução Geral. In: **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 11-30.

IZQUIERDO, M.J. **Bases materiais del sistema sexo/gênero**. São Paulo: SOF, 1997.

LIMA, Jacob Carlos. **Trabalho informal, autogestionário e gênero**. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 9, n. 2, 2006.

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. **Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social**. *Revista Sociedade e Cultura*, vol. 1, n.2, Jul/Dez 2008.

SAFFIOTI. **Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade**. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 2, 1997

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1999 p. 85-132.

SOUZA, José Carlos Moraes. **Economia Solidária e Desenvolvimento**. Bahia, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia Sustentável. Salvador: Setre, 2011.